

Governadores ajudarão a mudar texto constitucional



O relator Bernardo Cabral (ao centro, reunido com seu grupo de assistentes) já examinou mais da metade das 1.844 emendas

TSE se considera preparado para a eleição em 2 turnos

O presidente em exercício do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Aldir Passarinho, afirmou ontem que a Justiça Eleitoral tem condições de organizar as eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores, caso a Constituinte fique pronta até setembro, conforme as expectativas. O mesmo, porém, não pode dizer do voto facultativo aos 16 anos.

Segundo o ministro Passarinho, o problema é o alistamento eleitoral, que termina no próximo dia 6 de agosto. O Código Eleitoral Brasileiro determina, através de seu artigo 67, que não poderá haver alistamento durante os 100 dias que antecedem às eleições. Assesores do TSE informaram que mesmo que a Constituição seja promulgada no dia 5 de agosto, não haverá tempo para a inscrição dos eleitores de 16 anos, proibida pela Constituição atual. Além disso, o ministro Aldir Passarinho observou que não há nenhuma Disposição Transitória determinando a redução da idade do eleitor já nessas eleições.

Existem hoje, no Brasil, 31 municípios com número de eleitores superior a 200 mil, onde serão realizadas eleições municipais este ano. João Pessoa, na Paraíba, e Contagem, em Minas Gerais, poderão atingir esse número, já que têm, respectivamente, 194.410 e 199.592 eleitores.

Assim como a atual Constituição, a lei eleitoral sancionada pelo presidente Sarney prevê a eleição em apenas um turno. Portanto, os dois turnos só serão realizados se a nova Constituição ficar pronta antes das eleições de novembro. O ministro Aldir Passarinho acredita que, caso a promulgação ocorra muito em cima das eleições, os constituintes retirarão os dois turnos para as eleições municipais deste ano. «Os constituintes estão atentos a isso», afirmou.

Além dos dois turnos e do voto aos 16 anos, há outro assunto que o Tribunal também deverá rever, caso a Constituição fique pronta logo: o domicílio eleitoral, que o projeto constitucional reduz de um ano para quatro meses.

Prazos apertam candidatos

Começa o prazo de 23 dias para que os partidos habilitados a participar das eleições municipais de 15 de novembro realizem as convenções partidárias para apontar os seus candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador. Os candidatos deverão estar registrados até as 18h00 do dia 17 de agosto, dez dias após o encerramento das convenções.

Os atuais vereadores, independentemente de mudança de partido ou não, são candidatos natos à reeleição, não dependendo da indicação das convenções. Pelas normas baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base na lei que regulamenta as eleições municipais e o Código Eleitoral, poderão registrar candidatos os nove partidos com registro permanente e os partidos com registro provisório ou aqueles criados com base na lei 7.664, com parlamentares re-

presentando pelo menos cinco estados, caso único do recém-criado PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

As coligações, que são permitidas entre dois ou mais partidos, serão decididas numa primeira convenção dos partidos a se coligarem (dependendo do apoio da maioria absoluta das agremiações envolvidas) antes da realização da convenção para a escolha dos candidatos. O número de candidatos (o triplo do número de cadeiras de vereadores para cada partido) será dividido meio a meio, se a coligação for entre dois partidos ou por três, se a coligação reunir três partidos, e assim por diante. A medida visa, segundo o TSE, impedir o aluguel de legenda de partidos mais fracos que cedem as vagas que poderiam muitas vezes em troca de dinheiro.

Prisão poderá ocorrer sem a ordem judicial

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, deu parecer favorável a uma emenda que dá poderes a qualquer autoridade competente para dar ordem de prisão, quando o projeto de Constituição prevê que, fora dos casos de flagrante delito, a tarefa é exclusiva do Poder Judiciário. Até ontem, Cabral já havia examinado 700 das 1.844 emendas apresentadas para o segundo turno de votação.

No seu parecer, o deputado manteve a livre iniciativa e os direitos à propriedade e de herança. Ele manifestou-se também favorável à permanência de dispositivo que prevê a escolha de representantes dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados e a condenação do terrorismo e o tráfico de drogas como crimes inafiançáveis.

Prisão
Segundo o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que participou com o relator do exame das emendas, a fórmula encontrada para solucionar a questão da prisão nos casos em que não há flagrante delito, foi um meio-tempo entre a prisão arbitrária efetuada por qualquer funcionário de uma secretaria de Segurança e a rigidez de que a iniciativa caberá apenas a uma autoridade judiciária. Ao acatar emenda neste sentido, Bernardo Cabral suprimiu a palavra «judiciária» da expressão «autoridade judiciária competente».

«Num navio de guerra brasileiro, ou mesmo da marinha mercante, onde haja um crime ou qualquer delito, era preciso que tivesse alguém para determinar a prisão para depois entregar (o responsável) às autoridades judiciais que vão julgar. E o caso também das prisões administrativas. Elas existem e o Ministério da Fazenda tem esta arma para o cumprimento dos deveres tributários», exemplificou Ulysses.

O presidente da Constituinte adiantou que pretende agilizar as votações, durante o segundo turno. Ele convocará sessões pela manhã, à tarde e à noite. Vai realizar votações globais. «Sem desrespeitar a emenda 26 que convocou a Constituinte, que estabelece votações nominais, mas dadas as características do segundo turno poderemos fazer votações simbólicas», anunciou Ulysses Guimarães. O relator Bernardo Cabral explicou que as votações simbólicas serão utilizadas somente nos casos de correção de linguagem, quando não houver qualquer alteração no mérito das matérias.

O presidente José Sarney está contando com o apoio dos governadores para "aperfeiçoar" o projeto constitucional, durante a votação do segundo turno, que começa no próximo dia 25, dentro do objetivo de "assegurar a governabilidade do País".



O governador Álvaro Dias, que esteve ontem com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, disse que os governadores dos Estados deverão orientar suas bancadas, no sentido de que alguns pontos sejam modificados ou suprimidos do projeto de Constituição.

Ele, particularmente, defendeu a supressão da emenda que assegura o perdão da dívida aos micro e pequenos empresários urbanos, e aos mini, pequenos e médios produtores rurais.

Álvaro Dias também é contra a anistia fiscal e, a respeito da anistia aos empresários e produtores rurais, argumentou que "não podemos socializar os prejuízos nem incentivar o calote".

O governo do presidente José Sarney já colocou em execução sua estratégia "para garantir a governabilidade do País", através da su-

pressão de matérias e modificação do texto constitucional.

Mobilização
A palavra de ordem do Palácio do Planalto é negociar mas, mesmo assim, as lideranças políticas, os ministros e alguns assessores estão empenhados em convencer os constituintes da importância de deixar suas bases eleitorais para aperfeiçoar o projeto de Constituição.

Essa mobilização, contudo, não deverá ter a mesma força do movimento governista pela aprovação do mandato de cinco anos. O Palácio do Planalto está convencido de que dificilmente conseguirá modificar qualquer coisa do projeto, por outra maneira que não seja o entendimento.

O clima entre os inquilinos palacianos é de conformismo com a situação, e o trabalho que vem sendo feito agora é no sentido de preparar os espíritos para outra realidade do País, a ser inaugurada com a promulgação da nova Constituição brasileira.

Os integrantes do Governo — ministros, lideranças políticas e assessores — e o presidente José Sarney, principalmente, acham o projeto de Constituição muito ruim, mas estão conformados com a própria incapacidade de modificá-lo. A frase mais ouvida no Palácio, ultimamente, é a seguinte: "Não tem jeito, vamos ter que nos adaptar". (Celson Franco).

Ponto secundário sai da lista

O Palácio do Planalto poderá desistir da defesa de dispositivos secundários (votos aos 16 anos, direito de greve e estabilidade para os funcionários públicos) em troca do apoio incondicional do PMDB à aprovação de emendas supressivas prioritárias como tabelamento de juros, anistia fiscal e jornada de 6 horas de trabalho. A estratégia foi revelada ontem pelo líder do Governo, senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), ao reconhecer que o Planalto já não dispõe de uma maioria sólida na Constituinte, e para repetir as façanhas das votações do sistema de Governo e 5 anos de mandato, somente com um amplo acordo com o PMDB.

O senador afirmou que o Governo deseja ver assegurado, no segundo turno, dispositivos que garantam condições de governabilidade para os dois últimos anos de mandato do presidente Sarney e para os próximos governos. «Vamos jogar todo o nosso prestígio na mobilização», avisou Derzi, preocupado que o fantasma da falta de quorum, decorrente das campanhas municipais, vire um obstáculo nas pretensões do Governo. «Se não houver consenso entre os partidos, ninguém conseguirá mudar uma vírgula no projeto», advertiu o parlamentar.

E para viabilizar o compromisso de um acordo, acrescentou, o presidente José Sarney está promovendo gestões junto aos componentes do Conselho Político, com a finalidade de marcar uma ampla reunião, onde participariam os líderes governistas, além do PFL, PMDB e ainda seriam convidados o PTB e PDS. O líder do PMDB, senador Ronan Tito, garante que não oferecerá obstáculos para assinatura do acordo, mas deixou claro que seu partido é majoritário, «e nenhuma conquista sairá sem que seja assumida pelo PMDB». O líder peemedebista, no entanto, avisou que não desistiu da sua tese de que, matérias aprovadas por acordo de lideranças no primeiro turno de votação «são intocáveis e



Derzi defende um amplo acordo inegociáveis».

Mobilização
O vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira foi o escolhido pelo Planalto para encabeçar a Comissão de Mobilização, responsável pela convocação e presença da bancada governista, em plenário, a partir do próximo dia 25. «Vamos lutar para que todas nossas emendas sejam apreciadas em um esforço concentrado», revelou o pefelista ao reconhecer a impossibilidade de segurar em Brasília, por mais de uma semana, os aliados do Planalto.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem, minutos antes de embarcar para Salvador, que o Governo buscará até o último instante o fechamento de um amplo acordo para supressão de algumas distorções embutidas no projeto de Constituição, como a licença paternidade, estatização dos bancos de sangue, taxa de juros em 12%, anistia do cruzado, jornada de seis horas e aposentadoria para professor universitário. Em troca, avisou Sant'Anna, o Governo prepara uma relação de dispositivos que, anteriormente combatia, mas que visando o entendimento, poderá «abrir mão».

PMDB e PFL fecham acordo

PMDB e PFL já fecharam acordo em torno de oito pontos do projeto de Constituição, incluindo emenda para suprimir o direito de voto aos 16 anos de idade. Quem garantiu isto foi o líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), ao anunciar que seu partido irá constituir uma «comissão de mobilização», presidida por ele, para articular a bancada durante as votações dos temas mais importantes no 2º turno.

Apesar de o líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), ter afirmado no dia anterior que o direito de voto aos 16 anos era «questão aberta» no partido e não podia, portanto, ser negociado, Inocêncio garantiu ontem que, depois de muita relutância, o líder peemedebista acabou concordando com o acordo. «O José Lourenço (líder efetivo do PFL) argumentou que a Nicarágua é o único país do mundo que permite voto aos 16 anos, assim mesmo para justificar a convocação militar nessa idade, e Nelson Jobim acabou concordando em eliminar o dispositivo do projeto», disse Inocêncio.

O líder em exercício do PFL explicou que recebeu comunicação do próprio Lourenço em torno dos 8 pontos negociados, o que teria justificado inclusive — segundo relato de Inocêncio — o adiamento da criação de uma «comissão de entendimento», uma vez que «as negociações com Jobim estão caminhando bem».

Supressões

Os sete outros pontos são os seguintes, segundo Inocêncio Oliveira: eliminação da expressão «máximo» do dispositivo que determina jornada de 6h00 para trabalho em turno de revezamento; remeter para a lei ordinária a fixação do número de dias da «licença paternidade»; eliminação total ou parcial (ainda em estudo) da estatização da comercialização de sangue e hemoderivados; eliminação do tabelamento de juros bancários



Inocêncio: mobilizar o PFL

em 12%; «enxugamento» da anistia de correção monetária para dívidas decorrentes do Plano Cruzado; eliminação da exclusividade para empresas nacionais fornecer bens e serviços ao Governo e, finalmente, eliminação da anistia para dívidas de natureza tributária. Segundo Inocêncio, já dá também para fazer um balanço sobre pontos em que se torna praticamente impossível um acordo de supressão com o PMDB: nacionalização da mineração, conceito de empresa nacional, reforma agrária, direito de greve e eliminação de contratos de risco para pesquisa de petróleo.

Inocêncio comunicou que o PFL terá uma comissão de mobilização para garantir a presença de parlamentares durante a votação dos temas mais importantes. Presidida por ele, essa comissão seria integrada ainda pelos demais vice-líderes e pelos coordenadores de bancadas estaduais, com os quais o líder José Lourenço manterá contato diário.